

CAPÍTULO 2

A Belle Époque carioca e seus oficiais margeamentos: segregações urbanas na obra de Lima Barreto¹

André Carneiro Ramos

Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.

Lima Barreto, O cemitério dos vivos.

INTRODUÇÃO

No Rio de Janeiro de hoje, podemos ainda observar nas ruas do centro inúmeros exemplos de um impressionante passado arquitetônico, ressaltado por antigas construções, com janelas enormes e entalhes curiosos nas fachadas que, juntamente com

¹ Este texto foi produzido como parte da pesquisa desenvolvida na UEMG-Passos, intitulada “*Dom Casmurro*, uma história dos subúrbios: transformações urbanas no Rio de Janeiro oitocentista”, contemplada pelo edital PROPPG nº 10/2022, do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa PQ-UEMG (CONUM/UEMG nº 528, de 11/11/2021), em que atuo como professor bolsista.

os prédios gigantescos e envidraçados da atualidade, formam uma mescla entre tradição e modernidade.

Desse emaranhado citadino sui generis, signos de poder ressurgem nos ecos oitocentistas – relativos ao período do Segundo Reinado² – que partem desses casarões em estilo neoclássico ou barroco (como os do bairro de Santa Teresa); dessa aleatoriedade imagética, portanto, toda uma fantasmagoria dos desmandos da elite burguesa carioca do período se desprenderia... Mantenedores do controle em toda essa atmosfera, com pés e ambições fincados justamente nessa região – reduto intermediário, na verdade, pois com o tempo haveriam de se trasladar para bairros mais ao sul da cidade³ (como Ipanema e Leblon, por exemplo).

Na contramão disso, o subúrbio se configurava como uma circunscrição que, em certa medida, desafiava a noção aparelhada de urbanidade, então estabelecida por um regime “ordenador”. Caracterizada por bairros mais afastados, a população majoritariamente de baixa renda dessas áreas mais distantes crescia, apresentando problemas para essa oficialidade, numa dinâmica marcada por incontáveis desigualdades sociais: esse núcleo citadino da capital federal agrupava, no final do século XIX, os principais serviços e comércios, com o subúrbio à revelia de todo esse desenvolvimento; isso resultaria numa série de problemas, como a falta de saneamento básico, transporte e segurança, além de uma menor oferta de empregos.

Em meio a isso, a periferia do Rio avançaria com as linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, inaugurada em 1858,⁴ atendendo localidades como Cascadura, Deodoro, Engenho Novo, Nova Iguaçu, Queimados, São Cristóvão, São Francisco Xavier, Riachuelo e Todos os Santos, sendo esta última merecedora de um destaque, justo por ter sido o destino diário de Lima Barreto (1881-1922), genial escritor carioca que, ao lado de Machado de Assis (1839-1908), manteve a nossa literatura do período conjugada às esferas maiores.

Dentre as muitas curiosidades sobre o criador de Policarpo Quaresma, temos a informação de que nascera no bairro de Laranjeiras, considerado ainda como um bairro de classe média alta no Rio de Janeiro; entretanto, é sabido que o escritor pas-

2 O Segundo Reinado foi um período da história do Brasil que durou de 1840 a 1889, com o poder centrado nas mãos do imperador D. Pedro II. Apesar de alguns avanços na ordem sociocultural do país, acabou combatido por parte da elite cafeeicultora da região Sudeste, insatisfeita com a Lei Áurea e seus “negativos” desdobramentos. Tudo isso fomentaria a consumação iminente da República.

3 Vide comentário nas Considerações finais deste capítulo.

4 Ao longo das décadas, outras estações seriam implantadas, como as de Engenho de Dentro, Mangueira, Méier e Quintino (as regiões de Inhaúma e Irajá foram atendidas por uma outra ferrovia, a Rio D'Ouro); registra-se ainda que a Northern Railway Company, surgida em 1886, passaria a ligar Duque de Caxias a São Francisco Xavier – sendo que a essas últimas estações se seguiriam, numa perspectiva contínua de expansão, as de Bonsucesso, Penha e Vigário Geral.

sou sua vida no subúrbio, com a região e seus habitantes sempre valorizados em suas produções. É o caso do último romance, *Clara dos Anjos*, publicado postumamente em 1948. Vejamos um trecho:

Era uma rua sossegada e toda ela, ou quase toda, edificada ao gosto antigo do subúrbio, ao gosto do *chalet*. Estava povoada e edificada quase inteiramente, de um lado e de outro. Dela, descortinava-se um lindo panorama de montanhas de cores cambiantes, conforme fosse a hora do dia e o estado da atmosfera. Ficavam-lhe muito distantes, mas pareciam cercá-la, e ela, a rua, ser o eixo daquele redondel de montes, em que, pelo dia em fora, pareciam ser iluminados por projeções luminosas, revestindo-se de toda a gama do verde, de tons azuis; e, pelo crepúsculo, ficavam cobertos de ouro e púrpura (Barreto, 2001, p. 639).

No contexto inicial do romance, essa perspectiva, digamos, bucólica, é algo de-veras justificável, a ressaltar o quanto Lima Barreto considerava o subúrbio, apesar de seus costumeiros problemas, um lugar aprazível, distante da agitação e contrastes do centro carioca.

Todavia, em amplo espectro, o Rio de Janeiro já vivenciava a intensificação de inúmeros problemas demográficos, sendo que um dos pontos fulcrais do dilema ocorreria a partir de 1903, com suas avenidas centrais passando por um processo de empenhada reestruturação, de acordo com o modelo urbanístico francês implementado pelo então prefeito da época, o engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913).

A fim de que isso ocorresse de forma eficaz, inúmeras mazelas foram outorgadas. Uma das mais impactantes foi a demolição de cortiços da região (sem qualquer indenização aos moradores), entre os anos de 1902-1906, gerando uma desordenada realocação dessas pessoas para zonas com topografias elevadas e instáveis (eis a origem das favelas), com a urbe lhes virando o rosto; décadas mais tarde, um outro absurdo também seria oficialmente aprovado: a eliminação do histórico morro do Castelo, ocorrida em 1922.

Tentando refletir acerca dos impactos dessas ações, o tema aqui pesquisado se mostra relevante por tratar das discrepâncias entre a ideia de modernização e embelezamento da região central da cidade e o êxodo urbano daí originado. Nesse caso, de que maneira todo esse descalabro afetaria, a longo prazo, a vida dos cariocas, inclusive, na forma como muitos passariam a um estado mais avançado de invisibilidade social? Nesse sentido, qual o verdadeiro impacto estrutural e organizacional dessas medidas para o futuro da cidade? De acordo com Angel Rama, o Rio de Janeiro da época “começou a viver para um imprevisível amanhã e deixou de viver para o ontem

nostálgico e identificador. Dificil situação para os cidadãos. Sua experiência cotidiana foi de estranhamento” (1985, p. 97).

Nessa frequência, intentaremos também uma reflexão acerca da potencialidade crítica da literatura brasileira, com ênfase para o fato de Lima Barreto ter se preocupado em explorar efusivos aspectos da dicotomia cidade/subúrbio, salientando mais ainda a seguinte indagação nossa: de que maneira tais sinalizações barretianas anunciariam o trágico começo de um excludente margeamento social no Rio de Janeiro, hoje radicalizado?

Em linhas gerais, o objetivo deste capítulo é trazer à baila uma luz para tais questões. Para tanto, averiguaremos o quanto a obra de Lima Barreto reverbera e denuncia todo esse *apartheid* social.

Esta pesquisa se desenvolveu pelo método bibliográfico, teoricamente amparada por Beatriz Resende (1993), Marly Silva da Motta (2002), Marshall Berman (2007), Robert Moses Pechman (2002), Sidney Chalhoub (2003) e Walter D. Mignolo (2020), dentre outros, buscando uma compreensão maior das hipóteses aqui levantadas.

Para atingir nosso objetivo, após uma breve incursão machadiana, trataremos de alguns excertos das crônicas de Lima Barreto, que não perdia tempo em questionar a exclusão dos moradores do subúrbio, sem deixar de enaltecer culturalmente tais redutos; em seguida, levando em consideração o “romance” *O subterrâneo do morro do Castelo* (2021), em que o autor realizou um recorte descritivo-crítico-memorialístico sobre o tema, refletiremos acerca de todas essas mudanças anunciadas, ponderando até que ponto as autoridades governamentais do período não se preocuparam com a preservação da histórica dos locais arrasados, paisagens consideradas, sobretudo, simbólicas, como o próprio morro do Castelo.

MEIO-JOGO

Em termos políticos, Dom Casmurro é, acima de tudo, o retrato da história brasileira num período que Machado julgava suficientemente estático e homogêneo para ser tratado com olhar descuidoso quanto à ordem dos eventos.

John Gledson, *Machado de Assis: impostura e realismo*.

O nosso foco é a obra barretiana, mas não pensar em seu contemporâneo mais ilustre das Letras, ninguém menos que Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), seria um erro.

Pois bem: numa crônica de 1910, intitulada “O Conselho Municipal e a Arte”, Lima Barreto estabelece uma contundente crítica aos desmandos de Pereira Passos, ao tratar de um subsídio de 500 contos de réis que a prefeitura passaria a ofertar ao teatro carioca. Na visão do escritor, o alcaide do Rio seria um homem preocupado apenas com a “pintura” da zona central, em manter toda uma suntuosidade que, de modo enfático, atendia à elite daquele tempo.

Seguindo com seus argumentos, passa a comentar certos vultos de nossa literatura que não tiveram um pronto reconhecimento da citada municipalidade: Olavo Bilac, Manuel Antônio de Almeida e, de modo muito especial, o Bruxo do Cosme Velho:

Ela viu passar tôda⁵ a bela vida de labor de um Machado de Assis, carioca da gema, sem um prêmio, sem um abraço, sem uma palavra de aplauso e de orgulho por ser êle daqui, desta linda Rio de Janeiro. Vive preocupada com coisas inviáveis de nacionalizar o teatro; mas sempre esqueceu sistematicamente os artistas e autores nascidos na cidade que ela representa. Repito: nunca lhes deu a mínima subvenção; nunca lhes deu o mínimo prêmio. Tôdas as municipalidades de todo o mundo galardoam os seus naturais que se distinguem neste ou naquele ramo de arte ou ciência; a municipalidade do Rio de Janeiro não se importa com eles. A sua preocupação é teatral... (Barreto *apud* Barbosa, 1961, v. XI, p. 234).

Convenhamos que, na perspectiva da obra machadiana, sua cidade natal sempre se registraria como primordial elemento, com seus personagens potencializando histórias a partir de pontos de partida envolvendo o urbano e o suburbano, como é o caso do romance *Dom Casmurro* (1899). Tratar desse clássico nos estimula a pensar em toda uma riqueza temática para além de qualquer percepção mais ingênua, isso porque Machado de Assis sempre nos causa admiração por dizer muito mais nas entrelinhas do seu texto.

Temos, portanto, um narrador polifônico, que se subdivide em três vozes – Bentinho, Bento Santiago e Dom Casmurro – evocando as fases de uma amarga existência, fazendo-nos acreditar desde o início num drama conjugal envolvendo uma suposta infidelidade; na trama, a esposa é desde o começo indiciada como pessoa ardilosa, detentora de olhos tão sedutores quanto esmagadores. Trata-se, pois, de um romance em aberto, muito famoso na literatura brasileira pela pergunta que nos instiga a cada releitura – Capitu traiu ou não?

5 Manteremos em todas as citações a grafia correspondente ao registro da Língua Portuguesa à época de Lima Barreto.

Entretanto, o mais formidável não é isso, mas, sim, o quanto certos personagens representariam a ideia de insurreição e vitalidade (leia-se: inteligência e atitude) que o subúrbio carioca, mesmo subjogado às mazelas que lhe definiam, reverberaria. Capitu menina já se revelava uma garota perspicaz; adequada se faz a menção de um trecho do romance, em que a personagem pergunta a Bentinho se ele tem medo. O garoto não entende o teor existencial da pergunta, que remete à condição social de Capitu e a suas inseguranças quanto ao próprio futuro. Em sua reação, o narrador evoca elementos da urbanística da cidade, vinculados à ideia de repressão/justiça:

Capitu fez um gesto de impaciência. Os olhos de ressaca não se mexiam e pareciam crescer. Sem saber de mim, e, não querendo interrogá-la novamente, entrei a cogitar donde me viriam pancadas, e por que, e também por que é que seria preso, e quem é que havia de me prender. Valha-me Deus! Vi de imaginação o aljube, uma casa escura e infecta. Também vi a presiganga, o quartel dos Barbonos e a Casa de Correção. Todas essas belas instituições sociais me envolviam no seu mistério, sem que os olhos de ressaca de Capitu deixassem de crescer para mim, a tal ponto que as fizeram esquecer de todo. O erro de Capitu foi não deixá-los crescer infinitamente, antes diminuir até às dimensões normais, e dar-lhe o movimento do costume. Capitu tornou ao que era, disse-me que estava brincando, não precisava afligir-se, e, com um gesto de graça, bateu-me na cara, sorrindo (Assis, 1986, v. I, p. 855-6).

Como se percebe, consciente de sua condição social, ao vislumbrar uma oportunidade de ascensão, Capitu se utiliza dos meios de que dispunha a fim de não perder Bentinho. Sobre isso, o crítico Augusto Meyer salienta:

O fato é que aos quatorze anos Capitu não acha mais graça em pular corda, já começou a ensaiar o grande salto social, brinquedo muito sério. Pádua é vizinho de d. Glória. Mas entre uma casa e outra, medeia uma distância enorme, e o pulo de Capitu exige um treino rigoroso. [...] Respeitadas as proporções, Capitu também empreendeu a Conquista das Gálias com as armas femininas de que dispõe nessa luta surda entre a ambição e os preconceitos sociais (1958, p. 145).

Ora bem: Dom Casmurro, em sua digressão madura, vive solitário num casarão aos moldes do seu antigo palácio familiar, localizado na Rua Matacavalos (atual Riachuelo, região central do Rio). Ao iniciar sua narração, trafega num trem da Central rumo ao Engenho Novo, ou seja, subúrbio, lugar por ele escolhido a fim de terminar os seus dias; vale dizer que seu novo casarão, erguido aos moldes do antigo, torna-

-se representativo desse amálgama de poder, associado ao clã Santiago (metonímia oligárquica do período).

Porém, esse filho dileto da elite carioca do Segundo Reinado amargaria o fracasso de todo um projeto de dominação de classe (Chalhoub, 2003, p. 83), rasurado justamente pelo aparecimento da nova ordem social de que Capitu fazia parte, corroborada, inclusive, pelo advento da República, que logo ali se avizinha.

Ao cabo dos registros acusatórios do narrador, abre-se um espaço para a pesquisa que, de fato, o personagem Dom Casmurro pretende realizar: a *História dos Subúrbios*. Notamos aí a importância que a ideia de periferia adquire uma vez mais no romance, na exaltação de uma localidade por onde o Rio de Janeiro haveria mesmo de se expandir. Detentor de inúmeros contrastes, o subúrbio, pela escrita machadiana, transforma-se, em certa medida, numa pujante representação de perspectivas para o Brasil do novo século XX.

O FENÔMENO RENITENTE, DISPERSO E CULTURAL DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS: UMA PRAGA DANINHA?

Em nuance parecida, porém com uma visada mais cética, Lima Barreto, suburbano de alma e coração, em sua crônica, muito bem sintetiza os contrastes entre centro e periferia, sobretudo pelas trocas estabelecidas com os transeuntes comuns que lhe faziam companhia, por exemplo, nos trajetos que fazia de trem, bem como nos bulícios dos cafés que frequentava; e no alarido evidente das ruas. Sob essa perspectiva, o dizer do cronista responde quase que de imediato à sinergia oriunda desse contato direto com a cidade, num corpo a corpo em que a própria urbe adquire uma visceral corporalidade, a ser “apalpada” pelo cronista (Pechman, 2002, p. 174). Assim, seu desafio maior era a tradução de tudo isso aos leitores, assegurando-lhes uma dimensão de relevância em toda a perspectiva nascente de modernidade; ao estabelecer uma certa “identidade” para com esses textos barretianos, a professora Beatriz Resende afirma o seguinte:

Além das crônicas-críticas, [...] o texto eventualmente toma a feição de crônica-narrativa, geralmente versões criadas de um fato real, ou ainda de crônicas-depoimento, espécie de memórias do dia-a-dia, e algumas crônicas-poéticas, criadas a partir da visão das ruas ou da natureza da cidade que o *flâneur* contempla (1993, p. 98).

Retificando tal abordagem, a crônica intitulada “Chapéus, etc.”, publicada no jornal *A Lanterna* em 1918, lança uma visão “crítico-humorística” por sobre o bur-

burinho da Rua do Ouvidor,⁶ muito célebre na *Belle Époque* carioca, por se tratar de um local por onde a elite desfilava seus simbólicos adereços, representativos de todo um poder que precisava ser legitimado. Todavia, com os novos ares republicanos, isso haveria de se alterar:

os costumes republicanos estão admitindo tanta coisa nova que tudo é possível acontecer.

Vejam os senhores, por exemplo, essas damas que encontro pelos bondes [...] Andam elas com uns chapéus de oleado de fazer medo a qualquer bombeiro em momento de ataque ao fogo; entretanto, elas vão bonitinhas, contentinhas de fazer um homem como eu, péssimo namorador, ficar embasbacado.

[...]

Há ainda mais histórias extraordinárias nessa matéria de vestuário feminino. Algumas senhoras decotam-se abundantemente para passear na Rua do Ouvidor e na avenida. Os dias agora são frios e úmidos; e elas, por precaução, trazem um cobertor de peles.

Não seria melhor que elas não se decotassem e deixassem em casa o sobretudo de peles?

(Barreto *apud* Barbosa, 1961, v. XI, p. 235).

Na referida crônica, percebe-se um tom deveras debochado⁷ de Lima Barreto em relação às investidas sedutoras das moças. O autor não se furtava em adotar certos posicionamentos morais em seus escritos. Todavia, a visão crítica do autor segue para além disso, tocando em questões importantes como, por exemplo, certas mudanças no vestuário feminino. Com a República se consolidando, novas tendências se materializariam: no século XX, as roupas mudariam bastante, privilegiando a praticidade; as cartolas masculinas, por exemplo, seriam trocadas por chapéus-panamá; no tocante às mulheres, por um bom tempo usariam ainda chapéus, mas em modelos

6 Uma das mais importantes ruas do centro do Rio de Janeiro foi inaugurada em 1780, tornando-se, com o tempo, uma referência comercial e cultural da cidade. No século XIX, ficou famosa por suas lojas de moda, joalherias e livrarias, recebendo personalidades como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac e o próprio Lima Barreto, que por suas calçadas de pedra gostavam de transitar; na contemporaneidade, a Ouvidor se mantém relativamente em voga, muito por conta de sua arquitetura colonial. Guardadas as devidas proporções, ainda hoje se apresenta como uma importante atração turística aos que procuram os ecos desse marcante passado carioca.

7 Há uma outra crônica sobre esse mesmo tema, correlacionando humor ácido à Rua do Ouvidor, “alfinetando” as tendências esdrúxulas da moda feminina; trata-se de “Vestidos modernos”, publicada na revista *Careta*, em julho de 1922 (menos de quatro meses antes do falecimento do autor).

menores, haja vista muitas estarem trabalhando fora de casa, por isso a necessidade de acessórios funcionais (como é o caso do “oleado” mencionado no texto).

Em sua perspectiva incrédula e “embasbacada” diante dessas céleres mudanças, o registro do cronista revela não somente sua estupefação, mas a constatação de que o Rio de Janeiro não era mais como antes. O centro da cidade passou a ter um inusitado corpo, exclusivamente por conta dessa movimentação suburbana em sua direção.

Em mais uma crônica, intitulada “As formigas e o prefeito”, publicada no jornal *A Lanterna* em maio de 1918, parece-nos registrar um esforço de Lima Barreto na elaboração de um sugestivo pacto entre o povo do subúrbio e esses insetos, a partir de sua característica primordial, no caso, a sobrevivência. Vejamos:

De uns tempos a esta parte, tôda gente, especialmente os agricultores da administração, deu em se preocupar com tão daninhos e inteligentes insetos; e, se Policarpo vivesse, ficaria exuberantemente satisfeito com isso.

[...]

O senhor prefeito, em boa hora, deitou um regulamento, que cogita dêsse assunto, sobremodo importante para tôdas espécies de cultura.

[...]

Sem ser versado em leis, julgo que já existia uma velha postura municipal nos mesmos termos. Creio que foi Policarpo Quaresma quem me informou isso.

[...]

Nada entendo de leis, nem quero entender. Sou radicalmente contra elas, pois me julgo de algum jeito maximalista; mas estou disposto a transigir a esse respeito, algumas vezes. Vou ceder agora, neste caso...

[...]

Podia o senhor doutor prefeito fazer ainda mais. Organizar uma brigada – não precisava brigadas: bastava um regimento de homens afeitos ao mister de extinguir formigueiros, acantoná-los em determinadas zonas e oferecer os serviços deles mediante módico pagamento, aos que tivessem a obrigação legal de exterminar dos seus terrenos os depredadores humenópteros.

Não se faz e se fez isso com os mosquitos? (Barreto *apud* Barbosa, 1961, v. XI, p. 141-2).

Nota-se o escritor adotando mesmo uma perspectiva, digamos, maximalista,⁸ como a própria crônica menciona, ou seja: ele vai além daquilo que está sendo narrado na superfície; as formigas podem representar muita coisa; multidões de pessoas,

8 Trata-se do contrário ao minimalismo; é a estética do excesso.

por exemplo, com sua força desprendendo justo dessa quase forçada união, numa coletividade que, para toda oficialidade, sugere perigo.

E ao trazer para o texto um velho conhecido seu e de muitos leitores fiéis (Policarpo Quaresma), legitima ainda mais seus argumentos, que provêm de um transeunte também, ele próprio, cronista de um jornal, todavia, participe integral da urbe que reside nos subúrbios. Na sequência, a grande pergunta que os leitores podem se fazer é a seguinte: seria possível mesmo exterminar as tais formigas? Na finalização do relato, temos a nítida impressão que não:

Julgo tudo isso prático, porque, morando em pequena chácara, em Todos os Santos e tendo o porão da casa cheio de formigueiros, não os extermino por dois motivos: 1º) não as sei matar e não conheço quem saiba; 2º) mesmo que soubesse matar saíva muito humanamente, em face da lei dúbia, estava disposto a empurrar a bucha para o proprietário que pode mais do que eu. Eis aí (Barreto *apud* Barbosa, 1961, v. XI, p. 142-3).

A verdade é que o subúrbio, enquanto um local periférico, aglutinou/aglutina certas demandas para além de um escopo associado a violência, extremada pobreza, dificuldades estruturais em relação a saúde e educação, dentre outros terríveis dilemas. Tais perspectivas devem ser avaliadas a todo momento, numa busca efetiva de possíveis resoluções, obviamente, mas vinculada a outros esforços também, enfatizando talvez o grau de insubmissão que por lá encontramos (algo não romântico, destoante de qualquer exaltação à pobreza que funcione como garantia de caráter e bondade do pobre). Essa crônica nos ensina que, em definitivo, não se pode aniquilar de vez as formigas, seja por desconhecimento dos mecanismos para tal, seja por incapacidade; mas também há um dado interessante nisso tudo: o outro proprietário igualmente não o fará, pois, do mesmo modo, reside no subúrbio, integrando essa volátil coletividade...

Aprendemos, então, que esse suburbano cidadão, do lado de lá de todo um margeamento ao longo dos anos instaurado, deve se manter muito atento, pois a cidade, com suas armadilhas, pode lhe exigir uma espécie de “pagamento de tributos” em relação às variações sociais mencionadas. Muito pertinente, nesse sentido, é a estrofe de um poema de Sebastião Uchoa Leite, que diz: “*O outro lado não é previsível: / a cidade é uma lâmina fria / cortando cômodas suposições*” (*apud* Gomes, 1994, p. 62).

Sobre isso, segue um trecho que desenvolve o tema para além da capital federal no período, ressaltando, inclusive, nossa continental e, para muitos, desconhecida geografia. Trata-se de uma crônica publicada em 26 de setembro de 1918 (não sabemos precisar em qual veículo de informação ela circulou); curiosa é uma sugestão

premonitória de que nossa próxima capital deveria se localizar na região “central” do Brasil:

O Rio de Janeiro é uma capital provisória e não deve para os poderes, os altos poderes políticos, estar a receber edifícios definitivos e custosos [...] e, como a capital deve ser o “centro” do país, a nossa devia estar bem no centro do Brasil [...] a verdade é que nós temos vários centros e várias capitais de vastas e grandes zonas. Os matutos do Norte só conhecem como capital a cidade do Salvador da Bahia; os da Amazônia, se não é Manaus, é sempre Belém do Pará; e, quando, há um ano e pouco, passei uns meses em Ouro Fino, num lugar afastado dessa pequena cidade, só lá vi lerem os jornais de São Paulo e falarem em São Paulo. Isto muito me preocupou com as minhas fumaças de carioca da gema, nascido na hoje catita Laranjeiras. Quem o diria? (Barreto *apud* Barbosa, 1961, v. X, p. 220).

Mas é claro que Lima Barreto, na condição de um homem de Letras atento e partícipe de seu tempo, não cairia na esparrela de achar que os habitantes do subúrbio seriam, todos eles, arautos de uma evolução social igualitária, isso em pleno raiar do século XX, numa realidade brasileira pós-colonial. A noção de *apartheid* urbano sempre foi e será uma questão crucial no Rio de Janeiro – não só nele, como em todo o Brasil. No final das contas, o homem da multidão, ao estilo Edgar Allan Poe,⁹ nesse contexto, se configuraria como uma espécie de “vítima” disso tudo, acossado pela própria cidade que presenciou crescer.

Sob esse aspecto, podemos avaliar que a nossa tímida noção de progresso, agregada à premissa da novidade que, no início do século XX, adquiriria uma proeminente dimensão a partir da própria ideia de República, seguiria transformando a própria reurbanização num fenômeno dilacerante, fazendo a metrópole se tornar não apenas uma voz opressora, mas várias, na perpetuação mesma de uma “colonialidade do poder” (Mignolo, 2020, p. 237), que continuaria a operar no Brasil republicano por termos deixado de ser uma sociedade colonizada, facilmente se desvinculando dessa identidade opressora por anos cultivada. A parcial conclusão que teríamos até aqui aponta para isso, partindo do princípio de que alguns grupos se considerariam mesmo superiores a outros no Rio de Janeiro de Pereira Passos, em razão, sobremaneira, a diferenças raciais, culturais e econômicas, bases para o processo de urbanização/segregação ocorrido no Rio de Janeiro no raiar do século XX, escancarando a perpetuação dessas desigualdades.

9 Vide comentário nas Considerações finais deste capítulo.

Nesse sentido, a partir da perspectiva desenvolvida pelo professor Renato Cordeiro Gomes, em seu já por aqui referenciado livro *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana* (1994), podemos evocar a imagem crescente e certa de um labirinto borgeano (p. 64), e numa correlação direta com Walter Benjamin, que polemizou a cidade moderna tal qual um produto da técnica, algo que, em seus desdobramentos, acabaria por aprisionar e aniquilar de vez o homem citadino.

O APAGAR DO MORRO DO CASTELO E SUA SUBTERRÂNEA MEMÓRIA

*Cruzam assim o eterno escuro que os invade,
Esse irmão do silêncio infinito. Ó cidade!
Enquanto em torno cantas, ris e uivas ao léu,
Nos braços de um prazer que tangencia o espasmo,
Olha! Também me arrasto! E, mais do que eles pasmo,
Digo: que buscam estes cegos ver no Céu?
Charles Baudelaire, Poesia e prosa.*

Essa oportuna epígrafe de Baudelaire (1821-1867), cujos versos levam o título de *Os cegos*, corrobora com a premissa de que tal poeta foi um contumaz observador do tumulto produtor das ruas de seu tempo, auscultando essa atmosfera de mudança a partir de um viés crítico-fundador, isso em relação à própria ideia de modernidade – que, para ele, não se desvincularia do conceito de cidade, multidão, amplitude.

De dentro dessa questão, tem-se o esgarçamento da própria Paris oitocentista, na incontornável transformação estrutural e urbana implementada em seus bulevares, a partir de 1850, desenvolvida/chefiada por Georges-Eugène Haussmann¹⁰ (cujo epíteto era o de “artista-demolidor”; não obstante, haveria de ser ele o grande influenciador do nosso Pereira Passos). De acordo com Marshall Berman, em meados “de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo” (2007, p. 181-2).

Após a concretização de todas as mudanças propostas por Haussmann, a capital francesa acabaria por levar um incontável número de pessoas em definitivo para as

10 Viveu de 1809 a 1891, sendo prefeito (no Brasil, espécie de subprefeito) do antigo *arrondissement* da região do Sena por 17 anos, liderando uma histórica reforma urbana em Paris, que o tornou famoso nos estudos do urbanismo moderno.

ruas, num sentido quase que de ocupação. A partir dessa nova postura, em certa medida, todos esses novíssimos transeuntes ajudariam a consagrar Paris como um lugar digno de ser emulado, muito por conta dessa perspectiva urbana coadunada à ideia de progresso.

Podemos então mencionar, como ponto fulcral de toda essa inovação, a simples (mas fundamental) ideia de se alargar as calçadas (ofertando com isso mais espaço para a circulação de pessoas), fomentando, assim, um teor de apogeu paisagístico, cujo ápice da experiência era o chamado *boulevard*.

Nessa inusitada dinâmica, calcada a partir de um contato ampliado com a rua, algo extrapolado pela experiência do olhar – há pouco tempo isso não ocorria –, a convivência entre um número bem maior de passantes passaria a ocorrer, valorizando por demais a experiência coletiva, instigando a aproximação e o contato direto mesmo entre as pessoas. E o mais interessante: elos sociais opostos, a partir dessa forçada sinergia, estariam agora “unidos”, numa mesma experiência cidadina.

Sobre isso, Marshall Berman ainda nos esclarece:

Os bulevares representavam apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano, que incluía mercados centrais, pontes, esgotos, fornecimento de água, a Ópera e outros monumentos culturais, uma grande rede de parques. [...] O empreendimento pôs abaixo centenas de edifícios, deslocou milhares e milhares de pessoas, destruiu bairros inteiros que aí tinham existido por séculos. Mas franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade de seus habitantes. Agora, após séculos de vida claustal, em células isoladas, Paris se tornava um espaço físico e humano unificado (2007, p. 180-1).

Continuando um pouco mais com Baudelaire, um de seus pequenos poemas em prosa, dos mais impactantes, intitula-se *Os olhos dos pobres*. Nele, uma família, digamos, periférica, coloca-se diante da vitrine de um café, a observar não somente as guloseimas ali dispostas, mas toda a *mise-en-scène* envolvendo seus elitizados frequentadores. O desfecho dessa “crônica” parisiense é algo deveras pungente, pois, pela primeira vez, ocorreria a confirmação de que os até então “seres invisíveis”, catapultados por todas essas transformações urbanas, passariam, em definitivo, a integrar aquela paisagem. Essa “família de olhos”, mesmo à revelia de muitos,¹¹ haveria

11 “– Que gente insuportável aquela, com uns olhos escancarados como portas-cocheiras! Você não poderia pedir ao dono do café que os afastasse daqui?” (Baudelaire, 2002, p. 309, na tradução de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

de se tornar um fenômeno presencial nas cidades, algo em constante proliferação (idem, p. 182).

Para o poeta-cronista (ou seria cronista-poeta?) francês, a beleza passaria a ser oriunda desse progresso, e não mais um fenômeno exclusivo da natureza, como se apreendeu no século XVIII. A vida moderna nas cidades excitaria toda uma estética peculiar e autônoma, inseparável das contas que o homem citadino moderno teria, de agora em diante, a pagar.

Esse aspecto da modernização das cidades no século XIX – vinculado à consequente transformação do exotismo da pobreza em algo partícipe do trânsito cotidiano das ruas (ibidem, p. 183-4) – acabaria se inscrevendo na História por intermédio justamente dessas intervenções de Haussmann, na tessitura urbanística parisiense. Logo, os cidadãos acabariam forçados a modernizar, na mesma medida, as próprias almas.

Essa noção conflituosa se tornaria um argumento substancial para a defesa da própria noção de modernidade, em meio a todo esse esgarçamento da vida comum; no entanto, esse irrevogável progresso da razão fez surgir alguns desmascaramentos, sobretudo em relação aos que, de certo modo, comandavam as decisões acerca do que se deveria ou não desaparecer, nos termos de um “reordenamento” até mesmo de certos elementos da paisagem natural.

Foi o que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922, com o morro do Castelo.

Localizava-se no centro histórico do Rio de Janeiro, alçado pelos portugueses em 1567 após a fundação da cidade, servindo como fortificação para protegê-la, inclusive, de possíveis invasões estrangeiras; ao longo dos tempos, consagrou-se como um relevante bairro, com casas de famílias nobres e igrejas históricas. Todavia, no início do século XX, começou a ser demolido, com o intuito de se consubstanciar em definitivo o projeto das reformas urbanas até então realizadas. Seu total desaparecimento ocorreria em 1922, configurando uma das maiores perdas para o patrimônio memorialístico dos cariocas. Vejam a sumária descrição que o romancista Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), em seu livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1862, v. I), elaborou sobre o lugar:

O famoso Mem de Sá acabava apenas de lançar os fundamentos da esperançosa Sebastianópolis: seu sobrinho Salvador Correia de Sá tecia ainda no alto do Morro do Castelo os primeiros fios daquele ninho de águia que foi o berço da atual capital do Império. A cidade nascente, modesto grupo de palhoças e casinhas humildes, não tinha ainda descido a banhar seus pés de princesa nas mansas ondas do formoso golfo que do seu trono da colina dominava; a povoação começava apenas, e já aqui e ali surgiam e se mostravam no vale algumas piedosas ermidas que a devoção erguera de improviso (1991, p. 38).

Reparem no modo como Macedo revela uma preocupação com a memória fundacional de sua cidade, algo que remonta a um respeito pelas origens. O morro do Castelo, apesar de pouco citado ao longo de seu livro, nesse trecho recebe a alcunha de “ninho de água”, ou, melhor dizendo, “berço da atual capital do Império”. Isso, por si só, dá-nos uma real importância do local.

A demolição se deu principalmente por conta da necessidade – de acordo com a versão oficial – da abertura de novas ruas, que beneficiariam a repaginação urbana da área, com vistas à construção do porto na cidade. Outra “justificativa” para o seu arrasamento se pautava na premissa de que o morro dificultava o tráfego de veículos, além de servir como esconderijo para criminosos dos mais diversos.¹² A verdade é que, para muitos, o seu arrasamento era visto como um símbolo da consolidação de um ideal de modernidade urbana, pautada pelo progresso e civilização. No entanto, a medida também foi severamente criticada por intelectuais e artistas da época, que não concordavam com a medida por ela destruir parte da história cultural da cidade. Porém, um dos maiores problemas em relação a isso seria o desamparo habitacional escabroso imputado a milhares de pessoas que por lá viviam. A história dos cortiços do início do século uma vez mais assombraria esse ponto nevrálgico do Rio de Janeiro...

Em tempo: hoje, no local onde ficava o morro do Castelo, há um amplo espaço público que abriga o Museu de Arte do Rio (MAR), o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e a Praça Mauá, além de outras atrações turísticas. O espaço é muito frequentado por turistas que visitam a cidade; em sua maioria, nunca sequer ouviram falar sobre as histórias que emolduram o perímetro que estão pisando.

Considerada uma das primeiras ocupações periféricas¹³ no Rio de Janeiro, o morro do Castelo abrigava inúmeras famílias, incluindo as de muitos trabalhadores que atuaram ou ainda exerciam atividades de trabalho nas mencionadas obras da região central (inúmeros deles, inclusive, descendentes de escravos). Abrigava também importantes igrejas, como a Catedral de São Sebastião, a primeira a ser erguida na cidade.

Sobre isso, vale mencionar que à época se contava uma lenda sobre a existência de um valioso tesouro da Ordem dos Jesuítas, escondido nas galerias subterrâneas

12 Sem contar o argumento que associava o morro à insalubridade, pois muitos acreditavam que ele contribuía para a pouca circulação de ar no centro, instigando a proliferação dos mais diversos vírus.

13 O romance *Esaú e Jacó* (1904), de Machado de Assis, inicia-se com uma cena ocorrendo nessa localidade: “Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. [...] O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas. Não obstante, continuavam a subir, como se fosse penitência, devagarinho, cara no chão, véu para baixo. [...] A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, que aliás vestiam com grande simplicidade [...]” (1986, v. I, p. 947).

que os próprios padres haviam construído, na ânsia de proteger o espólio católico de um possível confisco a ser realizado pelo Marques de Pombal¹⁴ (1699-1792), após ele expulsá-los do Brasil em 1759. Tais histórias alimentaram a imaginação de muita gente, inclusive a de Lima Barreto:

A multidão apinhava-se curiosa, diante do morro do Castelo, em cujo imenso bojo se entesouram riquezas fabulosas, abandonadas pelos jesuítas na precipitação da retirada.

[...]

Olhos ávidos de descobrir na sombra pesada da galeria o rebrilho de uma peça de ouro, ouvidos atentos ao mínimo ruído vindo de dentro, toda aquela gente, nos lares do feriado de ontem, se acotovelava ao longo da cerca de arame, que a previdência oficial construiu, para maior segurança do subterrâneo opulento.

[...]

Ele sabe de todo um Rio subterrâneo, um Rio inédito e fantástico, em que se cruzam extensas ruas abobadadas, caminhos de um Eldorado [...].

[...]

Da longa história que ouvimos, fartamente documentada e narrada em linguagem simples e fluente, por um homem de espírito cultivado e arguto conhecedor do assunto, daremos amanhã circunstanciada notícia aos leitores, justamente ávidos de desvendar os mistérios do venerável morro (2021, s/p.).

Nesses trechos iniciais, publicados no dia 4 de maio de 1905, o escritor apresenta suas primeiras impressões, explorando um pouco da curiosidade que tal história suscitava. Nota-se, também, uma breve menção a depoimentos embasados por documentos, que comprovariam a veracidade daqueles acontecimentos, suscitando nos leitores uma perspectiva de seriedade sobre tudo aquilo que estava prestes a ser semanalmente narrado; enfim, o morro do Castelo poderia representar muita coisa. Naquele momento, resistência. E, sobretudo, lugar de valor, para além da ideia material de ouro e joias. O tesouro ali era outro.

Contudo, em certa altura de sua narrativa, o autor descreve parte do acervo que supostamente estaria nos subterrâneos do morro. Segue alguns itens:

uma imagem de Santo Inácio de Loiola, de ouro maciço pesando 180 marcos;
uma imagem de São Sebastião e outra de São José, ambas de ouro maciço pesando cada uma 240 marcos; uma imagem da Santa Virgem, de ouro maciço pesando

14 Mandatário da corte portuguesa na segunda metade do século XVIII.

290 marcos; a coroa da Santa Virgem, de ouro maciço e pedrarias, pesando, só o ouro, 120 marcos; 1400 barras de ouro de quatro marcos cada uma; dois mil marcos de ouro em pó; [...] onze milhões de cruzados em diamantes e outras pedras preciosas, além de um diamante de 11 oitavas, 9 quilates e 8 grãos, que não está avaliado [...] (Barreto, 2021, s/p).

Na continuidade da citação sobre a multidão apinhada, temos ainda a “cerca de arame” que a oficialidade ergueu para fins de segregação, dando-nos uma ideia de margeamento/distanciamento em relação à massa popular; num dado instante, verifica-se também a renitência do subterrâneo. Haveria, portanto, um Rio de Janeiro subterrâneo? Um local à margem, merecedor de uma invisibilidade programada para acontecer? Na parte final da crônica, Lima Barreto se refere a essa personagem central – o morro – como “venerável”, ou seja, o promontório era digno de respeito por inúmeros motivos, como se constata seguir:

O morro do Castelo não era, no entanto, apenas o marco de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Habitado por uma população de cerca de cinco mil pessoas, distribuídas em mais de quatrocentas casas, era uma poderosa referência no cotidiano dos cariocas. Espécie de guarda da cidade, assinalava a entrada de navios. Lá se localizavam ainda o relógio da torre e o observatório astronômico. Lugar de magia e misticismo, era famosa a missa dos barbadinhos, realizada às sextas-feiras, pela madrugada, na igreja de São Sebastião do Castelo. Muito visitadas também eram as “casas de pretos”, onde a macumba ressoava; quem não se lembra da consulta que Natividade fez aos “pretos do Castelo”, em *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis? (Motta, 2002, p. 204).

É coerente se pensar no quanto o nosso cronista-narrador se deixa empolgar pela imponência do fato histórico que tem nas mãos. Inegável se faz o realce paisagístico do morro do Castelo, já ressaltado nesse início de relato, que o autor sistematicamente passaria a publicar no jornal *Correio da Manhã* (de 28 de abril a 3 de junho de 1905) – que por muitos anos permaneceu inédito. Em 1997, o trabalho veio à tona, anunciado como primeiro romance¹⁵ do autor.

Não deixa de ser curioso ele ter se preocupado em inserir nesse relato elementos ficcionais, talvez objetivando sair da zona de conforto à qual estava acostumado, enquanto cronista, experienciando a produção de um outro gênero mesmo, como o

15 Essa descoberta foi realizada pelo mais reconhecido biógrafo de Lima Barreto, o jornalista e acadêmico Francisco de Assis Barbosa (1914-1991).

folhetim (ainda em voga no período, por conta do êxito seriado de publicação nos jornais), muito vinculado ao Realismo,¹⁶ percebido pelo tom moralista que adota ao descrever um triângulo amoroso com final trágico, envolvendo um duplo assassinato, seguido pelo suicídio autopunitivo de um jesuíta. Entretanto, tais desdobramentos eram coadjuvantes, pois o grande protagonista é mesmo o próprio morro do Castelo, condenado de maneira injusta ao desaparecimento.

Sobre os jesuítas, a abordagem crítica de Lima Barreto recupera toda uma historiografia em torno do poderio que essa ordem religiosa exercia, desde a fundação do Rio de Janeiro até fins do século XVIII, com a expulsão pombalina. A narrativa em questão sugere a importância deles não somente no Brasil, como nas Américas.

Isso se constata porque, no início de nosso período colonial, a ordem detinha mesmo um enorme poder. Eram eles quem davam as ordens, muito a partir dessa estrutura germinal da cidade, com suas igrejas no topo do Castelo e suas riquezas acumuladas, sobremaneira por conta de não pagarem impostos (Suess, 2006).

Nesse contexto, no morro do Castelo edificariam um prédio que era a principal construção daquela época, que brevemente se tornaria um importante colégio, frequentado pelos filhos da nobreza: “Os jesuítas eram senhores e donos de quase todo o Rio de Janeiro; possuíam milhares de escravos, propriedades agrícolas, engenhos de açúcar e casas comerciais” (Suess, 2006, s/p).

Ao mesmo tempo em que resgata toda essa memória, o cronista expõe, de modo crítico, a falsidade eclesiástica de muitos pontífices, ressaltando na figura do personagem Padre Jean uma vilania que, aos olhos de todos à sua volta, era algo “subterrâneo”.

Percebam a construção constante de um teor secreto – seja pela riqueza oculta, ou sentimentos escamoteados – a percorrer toda a narrativa, que o autor subdivide em presente e passado, estratégia inteligente adotado buscando “prender” a atenção dos leitores, ao se criar uma trama mais tangível que a da “lenda”, a tratar das aventuras amorosas (e ficcionais) da condessa D. Garça.

Em relação à narrativa vinculada ao presente de Lima Barreto, que como foi dito parece-nos a mais interessante, o jovem escritor nunca oferece uma certeza em relação ao encontro de um possível tesouro, deixando o leitor num suspense crescente. A exploração da curiosidade em relação às galerias subterrâneas se materializa a todo momento (nota-se que o autor as ficcionaliza em relação às dimensões). Vejamos:

16 Na literatura, os escritores dessa corrente estética retratavam a vida cotidiana perscrutando as contradições da sociedade oitocentista. Para tanto, utilizavam-se de uma linguagem mais simples e direta, em oposição à pomposidade do Romantismo. Um de seus temas mais abordados era a crítica em relação à hipocrisia da sociedade burguesa; é o que relativamente se nota nesses escritos barretianos.

Por hoje, informemos aos leitores do estado da galeria atualmente explorada. Tem ela, como é sabido, dois lances que se encontram em ângulo obtuso e está iluminada a luz elétrica, o que lhe dá uma tênue mais com o século.

[...]

Nas paredes do subterrâneo vêem-se, de espaço e espaço, provavelmente destinados a colocação de lâmpadas no tempo em que foi construído e de certo ponto em diante estes nichos vão descendo, acompanhando sempre o declive da galeria, de modo que o último avistado está à flor d'água do poço que o delimita (Barreto, 2021, s/p).

Nesse ínterim, objetos dos mais variados são continuamente encontrados. Estes, sim, partes de um “tesouro” histórico que, na pretensão da prosa barretiana, é o próprio morro: “Foram encontrados no meio do barro lamacento restos carcomidos pela ferrugem de instrumentos de suplício, pregos, correntes, polés, gargalheiras, etc.” (Barreto, 2021, s/p.).

Em meio a todas essas constatações, a mais óbvia se dá em relação ao descaso das autoridades governamentais, no que tange à preservação da memória histórica do Rio de Janeiro. Nesse sentido, destacou-se à época do arrasamento a figura de Carlos César de Oliveira Sampaio (1861-1930), prefeito da cidade no período de 1920 a 1922, que, em sua ideologia (afinada com o vivo¹⁷ pensamento “bota-abaixo” de Pereira Passos), adotou como um dos pressupostos de governo a continuidade da reurbanização, focado no desmonte do morro do Castelo.

Sampaio era também engenheiro, e já havia conseguido uma concessão para a empreitada; o fato de ter se tornado prefeito lhe auxiliaria na tarefa, tornando-a bem mais provável de se consumir. Em suas justificativas sobre o empreendimento, considerava aquele pedaço da paisagem carioca uma espécie de “dente cariado” (Motta, 2002, p. 206), feiura que deveria, urgentemente, ser extirpada.

Entretanto, não foi tão fácil para Sampaio colocar em prática seu objetivo. Teve na ocasião de passar por inúmeros argumentos contrários e indignados da sociedade, como, por exemplo, os da própria Câmara de Vereadores, que se preocupava com a Prefeitura ter de contrair suntuosas dívidas para a consecução do arrasamento;

17 A tríade responsável por esse processo crescente de reurbanização carioca, para o bem e para o mal, foi composta por: 1) Pereira Passos, que iniciou tudo e ficou na prefeitura de 1902 a 1906; 2) o engenheiro Paulo de Frontin (1860-1933), que permaneceu prefeito no curto período de janeiro a julho de 1919 e, “herculeamente”, na visão dos jornais cariocas da época, prosseguiu com o projeto de seu antecessor, em especial alargando a avenida Atlântica, em Copacabana; e 3) Carlos Sampaio – famoso por ter sido “o homem que arrasou o Castelo” –, cujo mandato foi de 1920 a 1922.

tinha-se também a negativa do próprio clero, que se opunha à destruição de uma das suas mais tradicionais igrejas na cidade.

No fim, um dos apelos que mais surtiu um efeito favorável foi o que se vinculava à saúde. Em suas justificativas, Sampaio defendia a ideia de que o morro do Castelo impedia a ventilação na parte central da cidade, sem contar a questão da estética também. Resgatemos a citação a seguir, que remonta ao discurso de posse do prefeito em junho de 1920, dois anos antes do apagamento do Castelo:

O momento presente é de ação, porque o essencial é dar à cidade o asseio indispensável [...]; terminar as obras de embelezamento desta cidade na qual a natureza encarregou-se de formar o quadro mais lindo que seria possível imaginar-se; e pôr em prática outros melhoramentos que, por um lado, permitam melhorar o que a arte humana não tem conseguido pôr à altura da beleza natural (Motta, 2002, p. 204).

Retomando a obra de Lima Barreto, em sua conclusão, o escritor reitera a importância de se conjugar a luta pela permanência do morro a uma perspectiva política, digamos, um pouco mais progressista, que pudesse alargar a visão de todos a partir de uma discussão pautada por elementos primordiais, correlacionados à manutenção da memória histórico-social que tal localidade agregava. Nessa feita, apela para a sua não destruição:

Mas assim ir-se-á destruindo obras de arte de subido valor, além de ser inutilizado o melhor ponto estratégico da cidade, primitiva fundação de S. Sebastião, hoje do Rio de Janeiro, donde se poderia com pouca despesa reconstruir uma poderosa fortificação, sobre os alicerces da iniciada pelos jesuítas que vem desde a base desse modo.

Se o governo pretende com o arrasamento descobrir o tesouro que se supõe existir, o meio empregado não é decerto o mais próprio, porque levará mais de três anos para esse arrasamento, e só no fim desse prazo e de haver despendido muito dinheiro talvez poderá ser encontrado o esconderijo que servia de depósito aos referidos valores. Entretanto o requerente com as plantas que possui poderá facilmente ir direto ao lugar e aí verificar a existência ou não do citado tesouro, sem aliás destruir as galerias e salões subterrâneos, que poderão ser expostos ao público e projetados, para assim se conservar a tradição da sua construção, forma, direção, monumentos, etc. (Barreto, 2021, s/p).

Essas crônicas-romanescas (poderíamos chamá-las assim?) foram escritas em 1905, doze anos antes do definitivo arrasamento do morro do Castelo. A escrita de Lima Barreto, uma vez mais, revela-se como uma essencial ferramenta de esclarecimento/reconhecimento da capital federal como o mote para um projeto maior a comprometer, ao longo dos anos, demandas políticas, econômicas e culturais, com a desculpa de se atingir um tom “civilizatório”.

Nesse sentido, a literatura barretiana se fortalece cada vez mais como uma espécie de contradiscurso, calcada numa base produtora de atrito. Para Blanchot, a existência dos intelectuais se abona pela defesa que empreendem a favor da justiça (Lopes, 2022, p. 38), o que nos assegura ainda mais a escrita do autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909) enquanto uma consistente onda em meio a toda essa correnteza, ao relativizar (ou resgatar) experiências (como esta, que ora avaliamos), desconstruindo autoritarismos. É desse modo que o nosso Afonso Henriques, feito um *flâneur* suburbano e empenhado, do alto de sua (até certo ponto) ingloria existência, segue firme nos legando sua marca, de contumaz e genial observador, em meio a mutações e margeamentos citadinos de seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hamlet: Não estás vendo nada ali?

Rainha: Absolutamente nada, mas tudo o que há eu vejo.

William Shakespeare, *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*.

Há um conto de Poe, intitulado “O homem da multidão” (1840/2018), que desperta inúmeras elucubrações existenciais, muitas associadas à ideia de um contato *in loco* com uma cidade moderna e claustrofóbica ser uma porta para turbulentas experiências, na problemática que pode se instaurar entre o sujeito e si mesmo, no modo como ele vê a cidade e nela se coloca (ou a partir dela se desintegrando; ou deslocando-se para fora de sua própria individualidade). O narrador, portanto, é um *flâneur*, que é levado a (per)seguir um transeunte decrépito e perdido, que lhe despertara a atenção justo por conta de toda essa imprecisão; no decorrer do percurso, contudo, descobre que na verdade ele é um transeunte cujo maior desejo é se manter unido às multidões, permanecendo livre das convenções sociais; por conta disso é que pode se entregar, sem parcimônia, aos contrastes da urbe. O sujeito do café, aquele que ao (per)seguir se tornou acossado, talvez jamais conseguirá viver uma liberdade como essa.

Se pararmos para pensar nas transformações parisienses mencionadas na seção “O apagar do morro do Castelo e sua subterrânea memória” deste capítulo, veremos que o indivíduo invisível, o sujeito periférico, tal como no conto de Poe, adquiriu um relativo protagonismo, ao penetrar no turbilhão da metrópole. Dessa forma, ela passou a aceitá-lo, mas com um preço a pagar – muito em breve, seus futuros atos tecnicistas (Benjamin, 2018, p. 17) corroborariam com o *modus operandi* e devorador gerado por esse desenfreado progresso, que passaria a redesenhar a paisagem urbana com mais ênfase, inclusive.

No caso brasileiro, naquilo que conseguimos averiguar por intermédio desta pesquisa, isso demorou um pouco a ocorrer, muito por conta de um “atraso” civilizacional nosso em relação a certos parâmetros secularmente legitimados pela hegemonia eurocêntrica. Aliás, esse fator se tornou decisivo para as mudanças urbanas no Rio da transição do XIX para o XX, em sua enviesada *Belle Époque*, originária, guardadas as devidas proporções, da Paris de Haussmann.

Logo, um severo margeamento urbano-social acabou intensificado por Pereira Passos e seus continuadores; nossa mais famosa metrópole tornou-se um exemplo canhestro de segregação, com os mais pobres tendo que arcar com um programa sem planejamento, porém estético. E isso, aos olhos de muitos, bastava.

E na retomada conclusiva dessas constatações, vale a pena registrar mais alguns aspectos importantes envolvendo a temática urbana da “cidade maravilhosa”:

1. Nos dias atuais, ocorre um esforço envolvendo inúmeros setores da sociedade, objetivando diminuir as desigualdades que ainda persistem no Rio de Janeiro, integrando de forma mais equânime os subúrbios ao centro da cidade; projetos como a revitalização de áreas degradadas, a construção de vias alternativas de transporte, bem como a criação de espaços culturais e de lazer têm contribuído muito para isso. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito para que esse antimargeamento seja pleno e justo para os habitantes.
2. Há algumas razões para, a partir da primeira metade do século XX, a elite carioca ter se deslocado para os bairros da região sul: primeiro, trata-se de uma localização geográfica mais privilegiada, demarcada por famosas praias, com fascinantes paisagens. Isso classificou tal área como mais atraente aos olhos dos investidores e, sobretudo, dos turistas; a zona sul também possui por agora uma infraestrutura mais bem desenvolvida, com bons hospitais, escolas de renome e *shoppings* diversos, chamando a atenção dos moradores de alta renda, e empresas que almejam um ambiente, digamos, mais sofisticado. Enfim, o centro do Rio enfrenta hoje problemas de infraestrutura e segurança, num total descompasso com sua história (a impressão que se tem muitas vezes – mesclada à

incredulidade em relação a tal abandono – é a de que os sacrifícios de reestruturação urbana pouco valeram).

3. Algumas ruas da centralidade carioca, que contêm prédios antigos importantes: Rua do Ouvidor, com edificações históricas como o Paço Imperial e a Casa França-Brasil; Rua Primeiro de Março, com destaque para o Theatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Câmara Municipal; Avenida Rio Branco, com edifícios como o Joseph Gire, símbolo da arquitetura *art déco* (rebatizado pelo povo de “A noite”); Rua da Carioca e seus prédios impactantes, ao estilo do Palácio Tiradentes; Rua Gonçalves Dias, tendo como estrela maior a Confeitaria Colombo (belíssima, mantendo ainda o aspecto original, repleta de centenários espelhos, que ainda repercutem a atmosfera *Belle Époque* da cidade (tombada pelo patrimônio cultural e artístico em 1983); sem contar a Lapa, com destaque para a Rua do Riachuelo – antiga Matacavalos machadiana – e a Rua do Lavradio, com inúmeros de seus casarios ainda de pé, à noite iluminados por uma renitente e esfuziante boemia.

No decorrer de nossas pesquisas, tentamos refletir sobre a questão da urbanidade no Rio de Janeiro não num sentido de se ressaltar uma coerência, na justa medida do que diz o conceito.¹⁸ Na verdade, verificou-se o quanto esse processo de reurbanização, perpetrado por autoridades das mais diversas, ao longo dos anos contribuiu e ainda fomenta uma ideia de segregação social. Nesse escopo, a prosa de Lima Barreto, no que podemos identificar, sempre se mostrou atenta a tudo isso, seja na valorização de variados aspectos do subúrbio, para além de suas crises, como também na frequência direta que tinha com a cidade e o seu tempo, na valorização de seu trabalho como cronista, nos registros que fazia da vida cidadina, nas correlações que estabelecia com os seus pares, mas também com as pessoas comuns, dialogando com os leitores, ofertando-lhes a experiência não só da informação, como também de uma crítica geradora de ideias, como se percebeu na defesa que fez do morro do Castelo. Detalhe: leva-nos a crer que a memória dessa crucial paisagem nunca será

18 Dentro da perspectiva organizacional de uma cidade, a urbanidade se refere a um conjunto de características que tornam esse lugar mais agradável e acolhedor para seus habitantes e visitantes. Isso inclui uma arquitetura urbana harmoniosa, espaços públicos bem cuidados e seguros, transporte público eficiente e acessível, calçadas amplas e bem iluminadas, dentre outros aspectos. A urbanidade se refere à qualidade de vida nas cidades, incluindo o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, bem como a preservação do meio ambiente (uma premissa atual). Além disso, a urbanidade envolveria uma cultura de convivência pacífica e respeitosa entre as pessoas, independentemente de suas origens ou condições socioeconômicas.

extirpada – continuando a ser “vista” (estudada, imaginada, reavaliada), apesar da inexistência que muitos persistiram em lhe atribuir...

No parágrafo final de seu romance mais conhecido, *Triste fim de Policarpo Quaresma*¹⁹ (1911), o autor coloca os personagens Olga e Ricardo Coração dos Outros diante de um paradigmático momento, em se tratando das mudanças geradas pela modernidade, que se materializam a passos largos pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, metonímia fervilhante e desigual deste nosso país:

Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por essas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas; viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro puxado por uma linda parelha atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grandes e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; segui serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros (Barreto, 2008, p. 411).

Aqui, como em inúmeros momentos de sua obra, Lima Barreto propõe uma espécie de pacto entre sua moderna ficção e as expectativas de inúmeros leitores, buscando oferecer a eles sua crença num futuro melhor. O tom amargo desse epílogo no referido romance, anunciado desde sempre pelo título, converte-se, “serenamente” (destaque para esse advérbio, ressaltado na última linha do livro), numa incerta esperança. A literatura desse escritor, hoje consagrado, oferece-nos uma experiência testemunhal: entre o cronista e a urbe, de fato, ocorre uma produtora indistinção entre o dizer e o agir, com sua escrita se efetivando não como um mero comentário descritivo das coisas ao redor; o que se apresentava era um desafio ao estabelecido.

Sobre isso, temos a certeza de que, no xadrez da vida, em que algumas peças também se sobressaem em relação a outras, o nosso escritor, ao mover-se corajosamente de uma extremidade a outra, no imaginário e imenso tabuleiro de sua cidade natal, deixou de ser um simples “peão”, promovendo-se, com dignidade e sapiência, a partir de sua irretocável arte.

19 Cuja história se passa entre os anos de 1891 e 1894, durante o governo de Floriano Peixoto.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. (v. I, II e III).
- BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Obras de Lima Barreto. Feiras e mafuás (artigos e crônicas)*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. (v. X).
- _____. *Obras de Lima Barreto. Vida urbana*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. (v. XI).
- BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. 2021. E-book Kindle.
- BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. In: Lilia Moritz Schwarcz (org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 246-255.
- _____. *Prosa seleta*. Seleção de Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- BAUDELAIRE, Charles. *Poesia e prosa*. Org. de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOPES, Silvina Rodrigues. *Literatura, defesa do atrito*. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2022.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1991.
- MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MOTTA, Marly Silva da. O “Hércules da Prefeitura” e o “Demolidor do Castelo”: o executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- POE, Edgar Allan. *Medo clássico: v. 2*. Tradução de Márcia Heloisa. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993.

SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2015.

SUESS, Paulo. *A história dos jesuítas no Brasil*. Conselho indigenista missionário, 2006. Disponível em: <https://cimi.org.br/2006/01/24398/>. Acesso em: março 2023.